

O ensino da cultura afro-brasileira e indígena na educação infantil: desafios e possibilidades para uma prática pedagógica antirracista

Tamara Aparecida Costa Silva¹
Ana Cristina Vigliar Bondioli²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o ensino da cultura afro-brasileira e indígena na educação infantil, destacando sua importância na formação da identidade, na valorização da diversidade e na construção de práticas pedagógicas antirracistas. A pesquisa é de natureza teórica, com base em revisão bibliográfica de autores que discutem as relações étnico-raciais e o papel da escola na superação do racismo estrutural. A partir das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatória a inserção dos conteúdos sobre história e cultura afro brasileira e indígena no currículo escolar, busca-se compreender como a educação infantil pode promover experiências de aprendizagem que valorizem as diferentes culturas. O estudo evidencia que, embora haja avanços legais e curriculares, ainda persistem desafios na formação docente, na produção de materiais pedagógicos e na efetivação de práticas que respeitem a pluralidade cultural do Brasil.

Palavras chaves: Educação infantil; Cultura afro-brasileira; Cultura indígena; Prática antirracista; Diversidade cultural.

Introdução

A escola é um espaço privilegiado de socialização e formação humana, onde as crianças têm contato com diferentes formas de pensar, agir e conviver. Nesse sentido, a educação infantil desempenha um papel essencial na construção das identidades, na valorização da diversidade cultural e no combate a preconceitos. Com a promulgação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, tornou-se obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os níveis de ensino, reconhecendo a importância desses povos na formação da sociedade brasileira.

A valorização das culturas afro e indígena vai além da introdução de conteú-

^{1,2}Universidade Santo Amaro

dos no currículo: trata-se de uma mudança de perspectiva, que busca romper com a invisibilidade e o silenciamento histórico desses grupos. Segundo Munanga (2003), compreender a contribuição das matrizes africanas e indígenas é fundamental para que a escola se torne um espaço de reconstrução da identidade nacional e de superação do racismo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa necessidade ao afirmar que a educação infantil deve promover experiências que valorizem a diversidade, o respeito mútuo e a convivência democrática (BRASIL, 2017). No entanto, apesar dos avanços legais, observa-se que o trabalho com as temáticas afro e indígena ainda enfrenta resistências, seja por falta de formação docente, seja por desconhecimento sobre como abordar o tema de maneira adequada e contínua.

O problema que norteia este estudo é: quais são os desafios e possibilidades para a efetivação do ensino da cultura afro-brasileira e indígena na educação infantil?

O objetivo geral é analisar o ensino das culturas afro e indígena na educação infantil, discutindo seu papel na formação de uma prática pedagógica antirracista. Os objetivos específicos são: compreender a importância da abordagem das culturas afro-brasileira e indígena na educação infantil; identificar os desafios enfrentados pelos educadores na aplicação das leis e diretrizes; refletir sobre estratégias pedagógicas que promovam o respeito e a valorização da diversidade cultural.

A relevância deste trabalho reside na necessidade de fortalecer uma educação que reconheça a pluralidade cultural do Brasil e promova o respeito às diferenças desde a infância. Como destaca Gomes (2012), a escola tem papel central na desconstrução do racismo e na formação de sujeitos críticos e conscientes de sua identidade.

Metodologia

A pesquisa desenvolvida neste artigo é de natureza qualitativa e teórica, com base em revisão bibliográfica de obras e documentos oficiais que tratam da educação infantil, diversidade cultural e práticas antirracistas. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite compreender um fenômeno a partir da análise de diferentes autores e perspectivas, possibilitando o aprofundamento teórico sobre o tema.

De acordo com Severino (2017), a pesquisa teórica busca “analisar e discutir concepções e teorias existentes, de modo a reinterpretá-las criticamente e adaptá-las às novas realidades”.

Assim, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre a importância da valorização das culturas afro-brasileira e indígena no contexto escolar, especialmente na educação infantil, considerando os desafios enfrentados pelos professores e pela gestão escolar.

Foram consultadas obras de autores como Munanga (2003), Gomes (2012), Candau (2016), Cavalcante (2021) e Freire (1996), além de documentos oficiais como a Lei nº 10.639/2003, a Lei nº 11.645/2008 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). A análise foi conduzida com base em princípios da educação inclusiva, intercultural e antirracista, buscando compreender as práticas pedagógicas que contribuem para a formação de uma consciência crítica e plural desde a infância.

Desenvolvimento

A importância da cultura afro-brasileira e indígena na formação infantil

A educação infantil é o momento em que a criança constrói suas primeiras representações sobre o mundo, o outro e a si mesma. É nessa fase que se formam valores, atitudes e percepções que acompanharão o sujeito ao longo da vida. Por isso, trabalhar a diversidade cultural desde cedo é essencial para formar cidadãos conscientes e respeitosos com as diferenças.

Munanga (2003), afirma que o ensino da cultura afro-brasileira e indígena deve ser entendido como um processo de reconstrução da memória nacional, que historicamente invisibilizou a contribuição desses povos. O autor ressalta que, ao longo da história do Brasil, a cultura negra e indígena foi marginalizada, reduzida a estereótipos ou silenciada.

A escola tem, portanto, o papel de reverter essa lógica, promovendo uma educação antirracista, que reconheça e valorize as diferentes matrizes culturais que formam o país. Como destaca Gomes (2012), educar para a diversidade é educar para a democracia: significa possibilitar que todas as crianças se reconheçam no currículo, nos materiais e nas histórias contadas em sala de aula.

Na educação infantil, o trabalho com a cultura afro e indígena pode ocorrer por meio de contação de histórias, músicas, brincadeiras, culinária, jogos simbólicos, arte e literatura infantil. O objetivo não é apenas celebrar datas específicas, como o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) ou o Dia dos Povos Indígenas (19 de abril), mas inserir essas temáticas de forma transversal e contínua ao longo de todo o ano letivo.

Candau (2016), propõe uma abordagem intercultural, que vai além da simples convivência entre diferentes culturas, estimulando o diálogo e o reconhecimento mútuo. Na perspectiva intercultural, o professor atua como mediador de experiências que promovem empatia e respeito entre as crianças, permitindo que todas se sintam representadas e valorizadas.

Legislação e políticas públicas: marcos para a valorização da diversidade

A história da educação brasileira revela um longo percurso em direção ao reconhecimento da diversidade cultural como princípio educativo. Durante décadas, o currículo escolar foi construído sob uma perspectiva eurocêntrica, priorizando a cultura ocidental e invisibilizando as contribuições dos povos africanos e indígenas para a formação da sociedade brasileira.

A mudança desse cenário começou a se consolidar com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado, ressaltando o respeito à liberdade e à tolerância como fundamentos do ensino. A LDB abriu espaço para o reconhecimento da pluralidade cultural e para a construção de uma escola democrática, que acolhe as diferenças.

Posteriormente, dois importantes marcos legais fortaleceram esse compromisso: a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008. A primeira tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica, enquanto a segunda ampliou a obrigatoriedade para incluir também a cultura indígena. Essas leis têm como objetivo valorizar as matrizes culturais que compõem a identidade nacional e promover o combate ao racismo e à discriminação racial no ambiente escolar.

De acordo com Gomes (2012), tais legislações representam conquistas históricas dos movimentos sociais negros e indígenas, que lutam há décadas pelo reconhecimento de suas histórias, línguas e saberes. No entanto, o desafio vai além da lei: é preciso transformar a legislação em prática efetiva, revisando currículos, materiais didáticos e metodologias.

As políticas públicas educacionais passaram, então, a incorporar a noção de diversidade como eixo estruturante da educação. Documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004) orientam que o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena deve permear todo o currículo, de forma interdisciplinar, e não restrita a disciplinas ou datas comemorativas.

Munanga (2003), ressalta que a inclusão dessas temáticas no currículo é um ato político e pedagógico, pois contribui para ressignificar a identidade nacional e superar o mito da democracia racial. Ao reconhecer a importância dos povos africanos e indígenas, a escola cumpre seu papel social de formar cidadãos críticos, conscientes e respeitosos com a diversidade.

Assim, a legislação educacional brasileira constitui o alicerce para uma educação que valoriza as diferenças culturais e combate práticas discriminatórias. Contudo, a efetivação desse processo requer que tais políticas sejam articuladas com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que traduz os

princípios legais em objetivos concretos de aprendizagem.

A BNCC e a valorização da diversidade na Educação Infantil

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, é o documento normativo que orienta as aprendizagens essenciais que todos os alunos brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica. No caso da Educação Infantil, a BNCC organiza o trabalho pedagógico em cinco campos de experiência, sendo um deles “O eu, o outro e o nós”, que valoriza a convivência, o respeito e a valorização das diferenças culturais, étnicas e sociais (BRASIL, 2017).

Ao propor direitos de aprendizagem baseados na convivência e na exploração do mundo cultural, a BNCC consolida os princípios das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, tornando obrigatória a presença das culturas afro-brasileira e indígena como parte integrante do currículo escolar. Diferente das leis, que estabelecem o dever de inclusão, a BNCC mostra como isso deve acontecer na prática pedagógica, por meio de experiências, brincadeiras, músicas, contação de histórias, arte e vivências interculturais.

De acordo com Candau (2016), o trabalho com a diversidade cultural na escola exige uma abordagem intercultural crítica, que vai além da simples tolerância ou da comemoração de datas. Essa perspectiva propõe o diálogo entre culturas e o reconhecimento do outro como sujeito de saberes, promovendo a aprendizagem como experiência de troca e respeito.

Saviani (2008), destaca que a função social da escola é garantir o acesso aos conhecimentos historicamente construídos, mas também contextualizá-los à realidade dos alunos. Assim, a BNCC deve ser interpretada como um instrumento que orienta o professor a relacionar os saberes universais com as vivências locais, possibilitando à criança reconhecer-se como parte ativa de sua cultura.

Para Tardif (2014), o saber docente é construído na prática e nas interações cotidianas. Portanto, cabe ao professor da educação infantil articular as orientações da BNCC com práticas pedagógicas que deem visibilidade às culturas afro-brasileira e indígena, seja na escolha das histórias, nas representações artísticas, nas músicas ou nos jogos que compõem o cotidiano da sala de aula.

A BNCC, portanto, atua como ponte entre a legislação e a prática pedagógica. Ela operacionaliza os princípios da diversidade cultural e do respeito às diferenças, oferecendo um guia para que as escolas possam concretizar uma educação antirracista e intercultural desde os primeiros anos da vida escolar.

O papel do professor e os desafios da prática pedagógica

O professor da educação infantil ocupa um lugar estratégico na construção de

uma educação que valorize a diversidade. É ele quem media o conhecimento, seleciona materiais, planeja atividades e orienta as interações em sala de aula. Por isso, seu papel é fundamental para que o ensino da cultura afro e indígena não se reduza a ações pontuais, mas se transforme em prática pedagógica permanente.

Freire (1996), defende que a educação deve ser um ato político, pautado no diálogo, na escuta e na valorização do outro. Para o autor, o educador precisa compreender o contexto sociocultural do aluno e reconhecer o saber que cada um traz consigo. Aplicado ao tema em questão, isso significa que o professor deve considerar as experiências culturais das crianças negras, indígenas e de outras origens como parte do processo educativo.

Entretanto, ainda há muitos desafios. A falta de formação específica é um dos principais entraves. Muitos cursos de pedagogia ainda não abordam de forma consistente as relações étnico-raciais, deixando os docentes inseguros para tratar desses temas em sala Gomes (2012).

Outro desafio é a resistência institucional. Em alguns contextos, a abordagem da cultura afro e indígena é vista como “assunto polêmico”, sendo tratada apenas em datas comemorativas. Isso empobrece o debate e impede que a educação cumpra seu papel transformador Candau (2016).

A superação desses obstáculos passa pela formação continuada, pela produção de materiais pedagógicos de qualidade e pela criação de espaços de reflexão coletiva nas escolas, onde professores possam compartilhar práticas e aprender uns com os outros.

A atuação docente exige, além de domínio de conteúdo, uma postura investigativa e reflexiva sobre a própria prática. Para Schön (2000), o professor é um “profissional reflexivo”, ou seja, aprende e reconstrói seu fazer pedagógico a partir das experiências vividas no cotidiano escolar.

Nóvoa (1995), destaca que o desenvolvimento profissional do docente ocorre na interação com seus pares e na constante reelaboração de saberes. Assim, é fundamental que as escolas promovam espaços de formação continuada que permitam a troca de experiências e o estudo das relações étnico-raciais de forma crítica.

Freire (1996), reforça que o professor é mediador e aprendiz, e que o diálogo é elemento central de uma educação libertadora. Nesse sentido, a formação docente deve possibilitar a compreensão das diferenças culturais como potencial educativo, e não como obstáculo. A prática antirracista começa no reconhecimento do outro como legítimo portador de saberes, histórias e identidades.

A formação continuada, articulada às diretrizes da BNCC e às políticas de diversidade, constitui o caminho para o fortalecimento de práticas pedagógicas que promovam o respeito, a empatia e a valorização da cultura afro-brasileira e indígena no cotidiano da educação infantil.

Durante o estágio na Educação Infantil, foi possível observar que a escola busca trabalhar as temáticas relacionadas à cultura afro-brasileira e indígena ao longo de todo o ano letivo, e não apenas em datas comemorativas. Essa continuidade demonstra um compromisso pedagógico importante com a valorização da diversidade, ainda que exista desafios no planejamento e na escolha de materiais adequados. As atividades observadas incluíam contação de histórias, músicas, brincadeiras e até mesmo uma celebração chamada “Afrofest”, que mobilizava toda a comunidade escolar para refletir sobre a cultura e a identidade negra. Essas experiências revelam o potencial da escola em promover aprendizagens significativas, nas quais as crianças reconhecem e respeitam diferentes origens culturais, desenvolvendo desde cedo valores de empatia e pertencimento.

Estratégias pedagógicas e práticas antirracistas na educação infantil

O ensino da cultura afro e indígena na educação infantil deve acontecer de forma lúdica, interdisciplinar e contínua. As crianças aprendem por meio de experiências significativas, e o professor pode explorar diferentes linguagens — oral, corporal, musical, visual e simbólica — para abordar o tema de maneira envolvente. Entre as estratégias pedagógicas eficazes, destacam-se:

- o uso da literatura infantil afro e indígena, que amplia o repertório cultural das crianças e fortalece a autoestima de alunos negros e indígenas;
- o trabalho com arte e música, explorando ritmos, danças e expressões culturais desses povos;
- o uso de brinquedos e jogos tradicionais que reflitam diferentes culturas;
- o planejamento de projetos temáticos, como “As histórias do meu povo”, “Brincadeiras africanas” ou “Saberes e sabores indígenas”.

Munanga (2003), reforça que a escola deve ser o espaço onde todas as crianças se reconhecem e têm suas identidades respeitadas. Isso significa que a diversidade não deve ser tratada como exceção, mas como elemento constitutivo da própria sociedade.

Segundo Freire (1996), uma pedagogia libertadora é aquela que “ensina a pensar criticamente o mundo”. Ao ensinar sobre a cultura afro e indígena, o professor não apenas transmite conhecimentos, mas forma sujeitos conscientes, empáticos e comprometidos com a justiça social.

Assim, a prática antirracista na educação infantil se concretiza quando o currículo valoriza as múltiplas identidades culturais e quando o professor atua como mediador do diálogo entre diferentes saberes.

A escola como espaço de construção da identidade cultural

A escola é um espaço simbólico e social de extrema relevância na formação das identidades culturais. Desde a educação infantil, as experiências vividas nesse ambiente influenciam a forma como as crianças percebem a si mesmas, o outro e o mundo.

Segundo Hall (2006), a identidade é uma construção social e cultural, que se forma por meio das interações e do reconhecimento mútuo. Dessa forma, a escola tem o poder de afirmar ou negar identidades, dependendo de como conduz o currículo e as práticas pedagógicas.

Para Gomes (2012), a escola deve assumir o compromisso de educar para as relações étnico raciais, criando espaços de diálogo sobre pertencimento, memória e ancestralidade. Isso implica repensar não apenas os conteúdos, mas também os materiais didáticos, os brinquedos, as histórias contadas e as representações visuais presentes nas salas.

Saviani (2008), destaca que a escola pública tem a função de democratizar o acesso ao conhecimento, mas também de reconhecer o saber popular e cultural como legítimo. Portanto, a valorização das culturas afro e indígenas na educação infantil é parte da missão de democratizar o conhecimento e promover justiça social.

Quando as crianças têm contato com diferentes manifestações culturais: como cantigas, lendas, danças, vestimentas e culinária, aprendem a respeitar o outro e a enxergar o Brasil como um país plural. Esse processo fortalece a identidade individual e coletiva, formando cidadãos conscientes da importância da diversidade para a construção da sociedade.

Candau (2016), chama esse movimento de educação intercultural crítica, que vai além da tolerância: busca a transformação das relações sociais por meio do reconhecimento e do diálogo entre as culturas. A escola, nesse sentido, é o primeiro espaço de vivência da democracia e do respeito às diferenças.

Considerações finais

A análise realizada neste estudo evidencia que o ensino da cultura afro-brasileira e indígena na educação infantil é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural. A escola, enquanto espaço de convivência e aprendizado, tem o dever de reconhecer a diversidade como riqueza e não como diferença que segrega.

Embora as leis e diretrizes representem avanços importantes, sua efetivação depende de um compromisso coletivo entre gestores, professores e comunidade es-

colar. É preciso superar práticas pontuais e incorporar a temática no cotidiano pedagógico, de modo transversal e permanente.

A valorização da diversidade cultural desde a infância contribui para o combate ao racismo, para o fortalecimento da identidade e para o respeito às diferentes origens. A formação de professores, a produção de materiais adequados e a inclusão de narrativas afro e indígenas no currículo são caminhos indispensáveis para consolidar uma educação antirracista.

Como lembra Freire (1996), “a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.” Assim, cabe à educação infantil formar crianças conscientes de sua história, orgulhosas de suas raízes e abertas ao diálogo com o outro.

Diante disso, reforça-se que o ensino da cultura afro-brasileira e indígena na educação infantil não deve ser compreendido como uma simples obrigação legal, mas como parte de um projeto pedagógico comprometido com a formação integral da criança e com a transformação social. O currículo escolar, orientado pela BNCC e pelas leis da educação, deve ser continuamente revisitado, buscando incorporar práticas que promovam o respeito à diferença, a valorização das origens culturais e o combate às desigualdades raciais.

A vivência durante o estágio permitiu compreender que, embora ainda existam limitações estruturais e formativas, é possível desenvolver práticas pedagógicas consistentes em torno da valorização da cultura afro-brasileira e indígena. O exemplo da escola que realiza a Afrofest mostra como o compromisso coletivo entre professores, gestão e famílias pode transformar o currículo em uma experiência viva de respeito e celebração da diversidade.

Essas ações demonstram que a educação antirracista começa na prática cotidiana, nas pequenas escolhas e nas intenções pedagógicas que colocam o aluno como sujeito histórico e cultural. Quando o educador atua com sensibilidade e propósito, o espaço escolar torna-se um ambiente de construção da identidade, de valorização das diferenças e de fortalecimento dos vínculos comunitários. Somente por meio de uma escola que reconheça e valorize a pluralidade cultural será possível formar cidadãos críticos, empáticos e conscientes de que a diversidade é o que enriquece o Brasil.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007_2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural e cotidiano escolar**. Petrópolis: Vozes, 2016.

CAVALCANTE, Rita de Cássia. **Educação infantil e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.